

Parecer ao Estudo de Impacte Ambiental da Central Solar Fotovoltaica do Pocinho

No âmbito do processo de consulta pública do Estudo de Impacte Ambiental da Central Solar Fotovoltaica do Pocinho, a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) vem, por este meio, apresentar o seu parecer, para o qual foram considerados os elementos disponibilizados no Portal Participal, nomeadamente o Volume 1 – Aditamento, o Volume 2 – Relatório Técnico e respetivos elementos geográficos.

Localização e características do projeto

O projeto Central Solar Fotovoltaica do Pocinho, localizado integralmente no concelho de Torre de Moncorvo, tem uma área de implantação aproximada de 629 ha, e tem por objetivo a produção de energia elétrica a partir de energia solar, e inclui também a ligação à Subestação do Pocinho, através de Linha de Muito Alta Tensão. Apesar de o projeto não se localizar em zonas da Rede Nacional de Áreas Classificadas, salientamos que o EIA não tem em conta a recente proposta de alargamento da Zona de Proteção do Douro Internacional e do Vale do Águeda, encerrada a 21 de agosto de 2020, que propõe o alargamento da ZPE dos atuais 50 845,06 ha para 106 978,02 ha. Em particular, a proposta de alargamento via que os limites oeste da ZPE sejam coincidentes com os limites das ZPE Vale do Cõa e Rios Sabor e Maças, aproximando os limites da ZPE Douro Internacional e do Vale do Águeda da área de estudo do EIA.

A área de implantação do projeto está atualmente ocupada maioritariamente por áreas naturais e pequenas explorações agrícolas de uso tradicional, incluindo ainda 4 habitats classificados de elevado valor de conservação, nomeadamente os habitats 5210 – Matagais arborescentes de *Juniperus* spp., 6420 – Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da *Molinio-Holoschoenion*, J2A0pt3 – Salgueirais arbóreos psamófilos de *Salix atrocinerea*, e 9340 – Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*. É de extrema importância não só proteger, mas manter estes habitats e áreas em bom estado de conservação, pelo elevado valor conservacionista que têm, não apenas para as espécies da flora, mas também pelas espécies da fauna que abriga.

Impactes na avifauna

No EIA, são elencadas as espécies de avifauna inventariadas para a área da Central Solar Fotovoltaica e para as 2 alternativas de localização da LMAT. No total, são elencadas 121 espécies de aves nas áreas compreendidas pela Central Solar Fotovoltaica e pelos corredores da LMAT (Alternativas A e B), com destaque para as 10 espécies com estatuto de ameaça no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, todas com Tipo de Ocorrência entre “Provável” e “Confirmado” nas áreas de estudo do EIA.

A presença de vários casais de aves de rapina nidificantes nas proximidades das áreas de estudo, nomeadamente de águia-real (*Aquila chrysaetos*), águia-de-bonelli (*Aquila fasciata*) e britango (*Neophron percnopterus*), demonstrado não apenas pela informação disponibilizada pelo ICNF mas também por informação do Grupo de Trabalho de Águia-de-bonelli da SPEA, constitui um dos principais fatores que, no nosso entender, tornam inviável a concretização do projeto. Todo o projeto se localiza integralmente dentro de Áreas Críticas para rapinas do ICNF, e a alternativa B da LMAT sobrepõem-se, em parte, a uma Área Muito Crítica para aves de rapina do ICNF. Importa ainda salientar que a Alternativa A da LMAT, cujo percurso passa, de acordo com a Fig. 6.11 do Relatório Técnico, próximo a Áreas Muito Críticas para aves de rapina, está precisamente situada entre dois ninhos de águia-de-bonelli, que são ambos utilizados pelo casal da espécie (dados não publicados GTAB SPEA). Adicionalmente, a localização prevista da Central Solar Fotovoltaica incide precisamente numa área muito próxima a um local conhecido de nidificação de águia-real.

Tal como referido no EIA, a área de estudo da Central Solar Fotovoltaica constitui não só uma área com habitats com elevado valor de conservação, mas também como área de alimentação para espécies de aves de rapina ameaçadas de extinção, assim como outras espécies com tendência populacional desfavorável, como o picanço-barreteiro (*Lanius senator*), que mostra um declínio populacional moderado no período 2004-2020 (Alonso et al. 2021), além do tartanhão-caçador (*Circus pygargus*), cuja área de distribuição em Portugal diminuiu fortemente na última década, muito devido a alterações no uso do solo, seja por abandono agrícola, ou por implementação de instalações de produção de energia renovável ou agricultura de regadio.

Para as três referidas anteriormente, a perturbação dos locais de nidificação é uma das principais ameaças à sua conservação. A caracterização da situação de referência do EIA é manifestamente insuficiente, na medida em que não identifica adequadamente a localização dos ninhos destas espécies, mas também de outras espécies com nidificação provável na área de estudo ou imediações, como cegonha-preta (*Ciconia nigra*) e tartaranhão-caçador. A falta de informação clara e precisa sobre a nidificação destas espécies impossibilita uma correta avaliação de impactes sobre as mesmas, inviabilizando as conclusões do EIA.

No EIA, é mencionado o elevado risco de exclusão de águia-real, britango, milhafre-real (*Milvus milvus*), tartaranhão-caçador, tartaranhão-cinzento (*Circus cyaneus*) e cegonha-preta, devido à presença de linhas elétricas, e também de águia-de-bonelli. Contudo, a informação referida no capítulo 11.3 Plano de Monitorização da Avifauna na LMAT não inclui a espécie águia-de-bonelli, ao contrário do que seria previsível, não só tendo em consideração a própria informação transmitida no EIA, mas também o conhecimento científico sobre a espécie, e sobre o elevado risco dos efeitos de exclusão e de barreira que as linhas elétricas, incluindo LMAT, têm na espécie. Sabe-se que diferentes indivíduos de águia-de-bonelli podem reagir de forma distinta à presença de linhas elétricas, podendo gerar-se o efeito exclusão, ou até um efeito de atração, com o consequente aumento do risco de colisão ([Marques et al. 2022](#)). Importa salientar que, existindo risco de efeito exclusão ou efeito barreira nestas espécies, todas elas com estatuto de ameaça Vulnerável ou Em Perigo no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, deve imperar o princípio da precaução.

Outra espécie alvo de várias referências no EIA, pela elevada probabilidade de ocorrência na área de estudo, tanto da Central Solar Fotovoltaica, como em ambos os corredores alternativos da LMAT, é o chasco-preto (*Oenanthe leucura*). Esta é uma das espécies residentes mais ameaçadas de Portugal Continental, conforme verificável pelo estatuto de ameaça que tem no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, Criticamente Ameaçada, e também pela reduzida área de distribuição atualmente conhecida da espécie, compreendendo essencialmente troços do rio Douro a montante de Peso da Régua, em afluentes do rio Douro, como o Côa, Sabor e Tua, e ainda observações irregulares a sul do rio Tejo. A reduzida área de distribuição da espécie, assim como a sua diminuta população, estimada entre 50 e 100 casais ([Reporting under Article 12 of the Birds Directive](#)), levam a que a presença da espécie na área de estudo seja considerada e que os impactes sejam devidamente avaliados. É sabido que uma das ameaças à conservação da espécie é a degradação de habitat, pelo que a SPEA considera também inviável a concretização deste projeto numa importante área para a nidificação da espécie, sob o risco de agravar ainda mais o seu estado de conservação em Portugal.

Impactes gerais do aumento de CF em Portugal

Portugal tem verificado nos últimos anos um aumento crescente de projetos de produção de energia renovável a partir de energia solar. Estes projetos são, na sua maioria, localizados em áreas naturais ou semi-naturais de importante valor faunístico e florístico, muitas vezes na proximidade de áreas do Sistema Nacional de Áreas Classificadas ou da Rede Natura 2000. A sucessão destes projetos tem como consequência a perda de habitats e, consequentemente, de biodiversidade. Importa avaliar, mais ainda face à atual elevada perda de biodiversidade a nível

mundial, mas também europeu, através de Avaliação Ambiental Estratégica. de forma abrangente os reais impactes ambientais cumulativos deste aumento de centrais solares fotovoltaicas.

Ainda que os impactes ambientais desta, ou qualquer outra, Central Solar Fotovoltaica possam ser considerados pouco significativos ou circunscritos à uma escala local reduzida, o surgimento de vários projetos de produção de energias renováveis contribui para que os impactes cumulativos sejam mais significativos, a uma escala geográfica superior, e alterando em larga escala os habitats naturais ou semi-naturais, com claras perdas para a natureza e para a biodiversidade, em particular de espécies protegidas ou ameaçadas.

Conclusão

Fase ao exposto, a SPEA considera que a Agência Portuguesa do Ambiente deve emitir uma Declaração de Impacte Ambiental Desfavorável.

O EIA apresentado, apesar de não caracterizar adequadamente os valores avifaunísticos potencialmente impactados pelo projeto, nomeadamente os casais reprodutores de águia-de-bonelli, águia-real, britango e cegonha-preta, e os reais impactes do projeto nestas espécies, demonstra que a área de estudo possui um elevado valor natural, sendo importante a sua conservação para a preservação das espécies e habitats.

A SPEA reserva-se ao direito de alterar a sua posição de acordo com novos dados e informações que possam surgir.